



## **FAMÍLIA E ÉTICA - DA TRANSMISSÃO DE VALORES À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DE LEALDADE**

CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento

*Estudante de mestrado do Programa Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL)*

*psi.lorena@yahoo.com.br*

376

### **RESUMO**

O presente artigo busca discutir os aspectos relacionados aos valores éticos na mediação dos conflitos de lealdade presentes no relacionamento familiar. Utiliza-se o referencial da psicologia sistêmica e social, considerando as interfaces do estudo acerca da família com outras áreas do conhecimento. Um olhar sensível direcionado a família, no que tange aos aspectos de lealdade e ética no processo intergeracional permitirá um avanço no acompanhamento desse sistema. Os significados empregados às experiências vivenciadas no âmbito familiar são imperativos na constituição do mundo subjetivo que se refere à totalidade complexa da experiência imediata que dinamicamente se modifica, e estabelecem disposições afetivas que configuram o que é familiar, comum, singular, novo, estranho e surpreendente, aparecendo intrínseco nos mais diversos eventos da vida.

**Palavras-chave:** Sistema, Valores e Condutas.

### **ABSTRACT**

This paper discusses aspects related to ethical values in mediating the conflicts of loyalty present in the family relationship. We use the framework of systemic and social psychology, considering the interfaces of the study of the family with other areas of knowledge. A sensitive eye directed the family, in relation to aspects of loyalty and ethics in the intergenerational process will allow an improvement in the monitoring of this system. The significance of the employee experiences within the family are imperative in the constitution of the subjective world that refers to the complex totality of immediate experience that dynamically changes, and establish affective dispositions that make up what is familiar, common, singular, new, strange and surprising intrinsic appearing in various life events.

**Key-words:** System, Values and Conduct.



As relações familiares sempre permearam o universo da vida cotidiana e são refletidas na conduta e nas escolhas ao longo do tempo. Desde o início da vida, nos contatos estabelecidos com as pessoas que compõe o seu meio e os reflexos que tais contatos têm na formação da identidade e visão de mundo, o indivíduo vai aprendendo a sobreviver e a atuar, a ceder às pressões, a reivindicar, se igualar e também se diferenciar, ele vai se reinventando várias vezes para que essa convivência seja significativa e integradora.

Sendo cada família um grupo singular, o seu funcionamento também será diferenciado e é nessa singularidade que faz com que o “viver em família” seja percebido como condição que torna possível a participação em um grupo único, ligado por fortes laços de parentesco, onde mesmo nas turbulências, nas diferenças e nos choques inevitáveis da convivência, os laços afetivos, de alguma forma, são mantidos.

Esta contextualização é um indicativo de que dissociar a família do papel de mediadora nos processos de formação de subjetividades é negar os fatores relacionais inerentes ao próprio desenvolvimento humano. Independente dos seus padrões de relacionamentos e expectativas, a família permanece como sendo um universo simbólico que cria mediações próprias para delimitar e nortear o que ela busca dentro de uma perspectiva do vínculo genealógico, por tanto, é o reconhecimento social e expressão do vínculo genealógico, tanto consanguíneo quanto por afinidade, que consolidará os laços de parentesco, ou seja, que vai configurar a família.

Por se trata de um meio dinâmico que solicita, estimula, coloca em ação e, às vezes, divide as identidades, observa-se que os fatores de coesão e permanência que estão presentes nesse grupo, apresentam tanto a possibilidade de serem geradores do bem-estar, como também podem ser norteadores da conduta de cada indivíduo e possibilitam a perpetuação das experiências vividas, a consolidação de modelos e garantem a transmissão geracional de valores, história e cultura.

De acordo com Cohen & Ferraz (1995) apud Rodrigues, Sobrinho e Silva (2001), é no âmbito das relações humanas, na prática cotidiana que as reflexões éticas sobre novos marcos contextuais referentes às condutas frente às situações-dilema terão repercussões na formação do sujeito ético.



Desde a tenra infância o indivíduo dialoga com a sua cultura por meio das relações e interpretações vivenciadas na família, onde são repassados os símbolos e os significados, e vai se constituindo um ser dialógico que expressa e imprime na sociedade a sua maneira aprendida de ver e viver o mundo. E é nessa vivência simbólica que o *self* é estruturado, “Uma pessoa nasce dentro do contexto de um grupo social, e é parte de alguma versão de tal contexto ao longo de toda sua vida” (VALSINER, 2012 p. 145).

Sendo a família o espaço de transmissão de valores, histórias e memórias de geração a geração, observa-se a necessidade de uma conduta ética por parte de seus membros para que esse universo seja favorável ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, responsáveis, criativos e éticos.

Visto que a família se organiza em um emaranhado que tanto contribui para o bom desenvolvimento e funcionamento de seus integrantes individual e coletivamente, e para manutenção do próprio sistema, como também pode ser um sistema precipitante de traumas, disfunções e rupturas. Logo, falar desse sistema é falar do paradoxo, da ambivalência do positivo e do negativo, do ambiente acolhedor e também repressor.

Vale ressaltar que quando os vínculos são estabelecidos de forma segura e o ambiente familiar é considerado como agradável, acolhedor e dinâmico, a família é fortalecida e os seus integrantes são afetuosos, solidários e autônomos, onde se observa a existência de uma rede de autorregulação e proteção que envolve todo o sistema.

As pessoas que desfrutam de uma convivência familiar acolhedora em que suas necessidades básicas (fisiológicas e emocionais) são atendidas de maneira satisfatória, geralmente, apresentam um funcionamento psíquico mais integrado, boas habilidades sociais e são mais assertivas.

Portanto, as experiências vivenciadas e internalizadas funcionarão como elementos norteadores nas construções de objetivos e metas de vida. Deste modo, o viver em família, dentro dos limites e parâmetros por ela estabelecidos, representa a ideia inicial de socialização e de conduta.

Os valores transmitidos no dia-a-dia das relações e nas traduções “do dever ser” diante dos acontecimentos, serão a base das crenças que expressarão a subjetividade em tempo real e futuro.



Os objetivos ou metas de vida, devem estar baseados nos valores humanos. A própria escolha das estratégias para atingi-los envolve a necessidade de o indivíduo estar apto a assumir responsabilidades e dirigir seu próprio comportamento. Há necessidade de uma orientação clara, específica, criteriosa em relação às práticas de vida a serem adotadas, sendo importante destacar que um bom relacionamento, favorecerá o alcance desses objetivos. (RODRIGUES, SOBRINHO E SILVA, 2001 p. 26).

Diante de toda a subjetividade e singularidade que integra este sistema, as relações familiares carregam consigo a responsabilidade social do cuidado e proteção, que englobam os aspectos físicos, materiais e afetivos. Assim, a família funciona como um sistema constituinte que investe na formação de indivíduos que refletirão os próprios valores familiares, garantindo a permanência através das gerações e que também serão atores de uma determinada sociedade, transitando em uma linha tênue que separa o mundo privado do público.

Vale ressaltar que,

O debate em torno da dicotomia mundo privado *versus* público envolve a oscilação do investimento em um e o descomprometimento em outro. À medida em que o mundo público se reveste de impessoalidade, ao privado é conferida a intimidade. Nessa discussão, o domínio familiar tem sido palco de estudos que apontam para o processo de construção do espaço privado da família num percurso que se inicia com a sua diferenciação do domínio público. (Henriques; Féres-Carneiro; Magalhães, 2006).

Os autores acima em suas considerações apresentam a família como sendo um espaço privilegiado de convivência intergeracional, um lugar de troca e diálogo e como sendo um território em que surgem diferentes concepções de vida e mundo a partir da especificidade cultural de cada uma das gerações (Henriques; Féres-Carneiro; Magalhães, 2006).

Mesmo diante das transformações culturais, é permanente o seu papel de provedora, cuidadora e protetora e nesse contexto, Cavalcanti, Barbosa e Caldeira (2012) chamam atenção de que, mesmo havendo uma distinção entre as ações de prover, cuidar e proteger, é perceptível a necessidade e o exercício que ultrapassa o âmbito econômico como engrenagem da ética do cuidar, presentes nas teorias, práticas e experiências vivenciadas nas relações adultos-crianças, nos primeiros anos de vida. “As assimetrias, as desigualdades e os conflitos dentro do cenário familiar trazem mais do que pistas e sinais da experiência coletiva de viver e de cuidar” (CAVALCANTI, BARBOSA & CALDEIRA, 2012 p. 199).



Os pais são os responsáveis legais e diretos pelos seus filhos, no entanto, tal responsabilidade é compartilhada com os demais membros do grupo familiar, essa implicação faz com que, nas famílias extensas, o cuidado seja estendido e as obrigações com a prole seja vista a partir do prisma da coletividade, onde pais, tios, avós, filhos, primos, sobrinhos e netos são convidados a assumir papéis ativos na educação, proteção e fiscalização de todos os envolvidos, de maneira que o comportamento do grupo atenda as expectativas do grupo.

Na ausência de um mecanismo de controle familiar eficaz, que priorize a conduta ética e moral, os indivíduos tendem a perder a noção de limite e a ultrapassar as barreiras que garantem a boa convivência, o que trará reflexos para a sociedade e provavelmente, em algum momento, necessitará da intervenção do Estado como um regulador social.

A tentativa de regular e manter uma homogeneidade no sistema faz com que as ações e motivações, tanto no nível psicológico como no social, conduzam para um sentimento de lealdade, que reforçam a ideia de que “a família tem leis próprias em forma de expectativas compartilhadas que muitas vezes não são explícitas. As crianças obedecem a essas leis devido a sanções e os adultos já têm os compromissos de lealdade internalizados” (CERVENY, 2012 p. 21).

Cerveney (2012) citando Böszörményi-Nagy traz a ideia de que a lealdade propicia a consolidação do vínculo de conexão entre as gerações, que implica em um endividamento recíproco que pode ser manifestado em diferentes nuances observadas na família, como: cuidados físicos; estabelecimento da comunicação; interesse, respeito e preocupação; vinculação psicológica e econômica.

Dentro dessa perspectiva, entende-se que a lealdade é o sentimento que torna possível a permanência dos vínculos e o cumprimento das obrigações pertinentes e impostas a todos os componentes, onde muitas vezes a vontade e o entendimento individual são reprimidos diante da expectativa da família, havendo interferência nas escolhas profissionais, religiosas e na própria manifestação da sexualidade.

Rodrigues, Sobrinho e Silva (2001 p. 32) diz que,

A família deve apoiar suas ações em códigos ou critérios, que poderão contribuir oferecendo opções de incentivos para a formação de atitudes. Esses critérios referem-se a princípios que visam transmitir crenças e comportamentos, e estimular o posicionamento relativo a questões éticas e



morais, no que se inclui, seus direitos de participação nas decisões que influenciam a vida, a saúde e os serviços comunitários.

O viver em família reflete um acordo invisível, que é transmitido por meio dos atos e expectativas, que visa através das normas estabelecidas e do investimento empregado, a garantia de uma reciprocidade que refletirá na obediência à hierarquia estabelecida, apoio e garantia de retorno do investimento aplicado ao longo do tempo.

É justamente nessa relação permeada por diferentes expectativas e condutas que a família se mantém. O cuidado empregado pelos pais aos seus filhos é carregado de valores e experiências que transcendem a geração atual.

Diante das diferentes estruturas de personalidade e das diversas formas de interpretação de mundo, os choques são inevitáveis, e na tentativa de manter a norma, o uso de força física e/ou material e/ou emocional pode ser visto como um recurso para se cobrar a lealdade, subjulgando o interesse individual.

Diante disso, surgem os conflitos de lealdade entre os desejos e entendimentos individuais que se contrapõe aos do grupo. Böszörményi-Nagy (2003, p. 57) apud Cervený (2012, p. 22) diz que,

Os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, mas resistentes, que mantêm unidos fragmentos complexos de “conduta” relacional, tanto nas famílias como na sociedade em seu conjunto. Para entender as funções que um grupo de pessoas cumpre, nada é mais importante que saber quais estão unidos por vínculos de lealdade e o que lealdade significa para eles. Toda pessoa contabiliza sua percepção dos balanços do toma lá dá cá passado, presente e futuro [...] que segue escrito nas contas invisíveis de obrigações. (Böszörményi-Nagy, 2003, p. 57 apud Cervený 2012, p. 22).

Os autores supracitados consideram que as dívidas podem ser maiores ou menores de acordo com o meio em que se foi criado, ou seja, se a pessoa desfrutou de pais amorosos, família bem estruturada e um ambiente propício ao desenvolvimento saudável aumentam sobremaneira a dívida. Contudo, na presença de abandono, violência, abusos, privações ou um ambiente não saudável para o desenvolvimento, o sentimento relacionado a dívida é diminuído, a pessoa pode passar a se ver como um alguém que foi prejudicado e que por tanto a dívida não é sua em relação à sua família, mas da família em relação ao indivíduo.

Ainda sobre essa concepção de dívida, Cervený (2012, p. 24) diz que,



Existem as dívidas escravizantes, que podem ser assumidas por filhos cujos pais cobram os cuidados que tiveram com os mesmos, como uma carga muito pesada, assim como nos casos de crianças que foram mais vulneráveis, doentes. A recíproca também é verdadeira, existem créditos que podem ser assumidos por filhos que foram rejeitados, maltratados, que cobram dos pais e do mundo esse crédito não recebido.

Todavia, ao considerar a dívida existencial maior, que é a dívida de vida, percebe-se que esta prevalece e se sobrepõe a qualquer tipo de ambiente doméstico, refletindo na dinâmica de retribuição, que pode ultrapassar as fronteiras da razão e se estabelecer em uma necessidade latente de suprir todas as expectativas mesmo que sejam irreais.

Nesse âmbito, os laços de parentesco podem implicar em obrigações de cuidados básicos de saúde e custeio da sobrevivência de algum parente, sendo que tais cuidados não são impulsionados por laços afetivos e sim por obrigações sociais e culturais.

Para Gabel e Soares (2006),

A lealdade familiar se baseia nos parentescos biológico e hereditário, em que cada membro da família se acha constantemente sujeito às suas expectativas, quer as cumpra ou não. Nos filhos pequenos, o cumprimento destas expectativas se dá por meio de medidas disciplinares externas, como por exemplo, as punições, castigos, imposição de horários e rotinas, etc., sendo que, nos filhos mais velhos e nos adultos, as expectativas podem ser cumpridas por compromissos de lealdade internalizados. (...) O não cumprimento destas expectativas familiares leva o membro da família a um sentimento de culpa, o que constitui uma força secundária de regulação do sistema familiar. A partir do momento em que é internalizada, a lealdade passa a ser não só uma característica do grupo, mas também uma atitude individual, e como tal, vai além da identificação com o grupo. As exigências daquele grupo familiar passam a determinar pautas de comportamento ao sujeito de acordo com estas expectativas.

Sendo assim, os conflitos de lealdade podem ser repassados como uma herança imaterial ao longo das gerações e desencadearem crises e rupturas, interferindo na homeostase do sistema e se transformando em fundamentos de leis internas que refletirão nas gerações seguintes.

O sofrimento psíquico oriundo desses conflitos põe em teste a capacidade de interpretação de realidade e resolução de problema do indivíduo que, para saldar uma dívida



eterna, pode abrir mão de sua felicidade profissional, religiosa ou conjugal, para corresponder a uma expectativa que lhe foi imposta.

Falando dessa maneira, pode parecer um comportamento injusto da família, no entanto, tal dívida é posta de uma forma tão enraizada que acaba sendo inserida na cultura sem muitos questionamentos, chegando a ser visto como algo esperado. Falamos do sofrimento que pode ser desencadeado, mas não é possível esquecer de abordar que para muitas pessoas, as dívidas de lealdade são molas propulsoras de uma busca constante de superação, motivando o indivíduo a obter sucesso em sua vida como uma resposta de todo o investimento que lhe foi direcionado ao longo tempo e para manter uma tradição familiar e/ou um exemplo a ser seguido.

Por mais que o indivíduo busque uma separação das cargas do passado e se perceba como uma unidade diferenciada, a sua existência bem como a dos filhos que venha a ter, de alguma maneira estará relacionada com as dívidas não saldadas das gerações anteriores, e toda tentativa de autonomia e maturidade emocional podem ser retratadas como uma possível deslealdade ao sistema ou negação de suas raízes e cultura.

Ao mesmo tempo em que se deseja a autonomia e que se educa para a superação de habilidade e conquistas de novos territórios, há uma luta pela homogeneidade nas relações familiares, que acaba desencadeando angustias frente ao processo natural de mudança, consequência do crescimento e ampliação das fronteiras de relacionamento.

A família se mantém na permanência dos valores que são repassados de geração a geração e se transforma na interação entre os seus membros e nas interfaces com a sociedade.

Rodrigues, Guedes Sobrinho, Silva (2001) citando Rodrigues, Guedes Sobrinho, Silva (2000), apresentam um conjunto de princípios que baseados nos princípios éticos são norteadores da boa convivência familiar, os quais são assim resumidos:

desenvolver a arte do diálogo, com ênfase na afetividade; servir de apoio nos momentos de dificuldades; desenvolver a capacidade de fazer elogios, desenvolvendo a autoconfiança; ter flexibilidade quanto às crenças individuais e respeito à opinião e a percepção de cada um; ter flexibilidade quanto aos papéis e regras dentro da família; desenvolver a capacidade de escutar críticas, e estar aberto a substituir padrões culturais; desenvolver um padrão de comunicação harmoniosa, espontâneo, e respeito aos padrões do outro; respeitar sempre a independência do outro, relevando suas limitações; estimular a socialidade e desenvolver o espírito de solidariedade em família; orientar para um desenvolvimento das capacidades integrais, a responsabilidade ética e social nos atos e atitudes; orientar quanto aos meios de comunicação e de informação, de qualquer natureza, acessíveis ao seio





familiar; fazer críticas, de modo sutil, mas sinceras, promovendo o auto aperfeiçoamento; observar o respeito aos sentimentos e pensamentos do outro; estar atento ao constante crescimento e aprendizagem do jovem, a fim de apoiá-lo; procurar ajuda de alguém com um bom grau de formação, para ajudar em eventos na família, considerados extraordinários, sejam doenças, hospitalizações, divórcio, desenlaces ou outros; estimular o enfrentamento das dificuldades, com serenidade e apoiados na fé; desenvolver o estímulo ao trabalho, sempre voltado para alguma profissão; respeitar sempre a liberdade do outro, a expressão de emoções e sentimentos. A esses, incluem-se necessariamente, a atitude de autodeterminação, que envolve a capacidade de pensar, refletir e filosofar; da dignidade e da liberdade. (Rodrigues, Guedes Sobrinho, Silva 2001).

Partindo desses princípios, observa-se que quando respeitados os limites próprios da individualidade, em prol da boa convivência familiar, os membros mais experientes buscarão mecanismos que viabilizam mecanismos de superação de conflitos e diferenças.

Contudo, considerando a família como um sistema vivo, ativo, dinâmico e que sofre transformações ao longo tempo, é corroborado nesse prisma o pensamento de Silveira (2002) que agrega a ideia de grupo fazendo um paralelo com as formas de interação e vivências, afirmando que,

Num grupo é possível discutir temas referentes às características, necessidades, preocupações, semelhanças e diferenças intra e intergerações, conflitos e possibilidades de intercâmbio entre pessoas de faixas etárias bastante diferentes. O grupo é um espaço ímpar para assimilação de novas atitudes, promovendo mudanças rápidas e eficientes. O grupo permite que se veja uma mesma situação de maneiras diferentes, favorecendo o respeito às diferenças. O grupo informa, esclarece, reorganiza. Além do mais, ele apoia e melhora o relacionamento interpessoal e neste sentido, o compartilhar faz descobrir identidades. Embora o grupo seja um lugar de interação e comunicação, não são apenas as características sociais que se desenvolvem. Nele as pessoas podem tomar consciência dos seus traços mais individuais, dos seus medos, do que acha que deve ser guardado como segredo, dos sentimentos mais ocultos, que podem ou não ser partilhados, de suas preferências, de seus gostos, de sua função e do seu papel dentro e fora dele.

Logo, se o amadurecimento remete à constituição de um indivíduo ativo, com vontades e aspirações próprias e ator de sua própria história, é inevitável, e até mesmo esperado, que ocorra a frustração de alguns aspectos da lealdade familiar para que o viver no mundo ganhe um significado próprio e novas conexões sejam estabelecidas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos oriundos das relações são reflexos da própria convivência e podem propiciar uma melhor adaptação bem como acarretar em mudanças no funcionamento e interação do grupo.

A existência de conflitos não anula ou diminui o papel da família, as expectativas que são geradas em relação aos filhos, sobrinhos e netos refletem a busca de um ideal, portanto, quando há um equilíbrio entre os interesses da família e do indivíduo, a convivência tende a ser construtiva e os laços de afetividade tornam a lealdade e expectativas como mecanismos recíprocos que garantem a permanência e manutenção do sistema.

Como o sistema familiar é constituinte e anterior à própria ideia de individualidade, sempre, em momentos distintos, a conduta ética atuará mediando os conflitos de lealdade com a família e consigo mesmo, e até mesmo com as futuras gerações.

Portanto,

A receptividade a qualquer solicitação, no cotidiano (sic) familiar, depende sempre da atitude mental e da forma como ela é transmitida, uma vez que, a emoção é fator fundamental em qualquer mensagem, seja ela transmitida com sutileza ou com severidade, daí dizer-se que os ensinamentos devem emergir do coração. A confiança e o respeito são fatores fundamentais em qualquer relação e, essa é muito sutilmente perceptível. Quando a pessoa percebe que uma mensagem ou admoestação é colocada egoisticamente, a tendência será sempre rejeitá-la.

Condutas éticas, estéticas e familiares, devem ser conduzidas baseando-se em princípios norteadores, a fim de resguardar a sua coerência. (RODRIGUES, GUEDES SOBRINHO e SILVA, 2001)

Pode-se ganhar o mundo, andar por outras paisagens, dominar novas formas de expressão, romper barreiras e até mesmo viver distante, mas, independente das condições ambientais, todo ser humano nasce em uma família e é nesse espaço sócio-histórico que ele se transformará.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVENY, Ceneide Maria de O. (Org). *Família e...: intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, repercussões, intervenções psicossociais, o tempo, filhos cangurus, luto, cultura, terapia familiar, desenvolvimento humano e social, afetividade, negociação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

VALSINER, Jaan. *Fundamentos de uma psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução e revisão técnica: Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; BARBOSA, Claudia de Faria & CALDEIRA, Bárbara Maria dos Santos. *Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da divisão do tempo*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.17, n.32, p.189-204, 2012.

RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; GUEDES SOBRINHO, Elísio Holanda & SILVA, Raimunda Magalhães. *Família: ética e estética do viver no mundo*. Fam. Saúde Desenv., Curitiba, v.3, n.1, p.26-34, jan./jun. 2001.

GABEL, Christine Liz Moeller; SOARES, Dulce Helena Penna. Contribuições da terapia familiar sistêmica para a escolha profissional. *Rev. bras. orientac. prof*, São Paulo, v. 7, n. 1, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902006000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902006000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 09 ago. 2014.

HENRIQUES, Celia Regina; FERES- CARNEIRO, Terezinha; MAGALHAES, Andrea Seixas. *Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão*. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2006000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000300004&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 09 ago 2014.

RODRIGUES, Maria Socorro Pereira; GUEDES SOBRINHO, Elísio Holanda & SILVA, Raimunda Magalhães. *Família: ética e estética do viver no mundo*. Fam. Saúde Desenv., Curitiba, v.3, n.1, p.26-34, jan./jun. 2001.

SILVEIRA, Teresinha Mello da. Convívio de gerações: ampliando possibilidades. *Textos Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2002. Disponível em <[http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-59282002000200002&lng=pt&nrm=iso](http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 09 ago. 2014.